Realização
Coordenação operacional
Parceria

Conferência Internacional Empresas e Responsabilidade Social 2006 São Paulo Brasil
INSTITUTO ETHOS
EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL
BUSINESS AND SOCIAL RESPONSIBILITY
UNIETHOS
INSTITUTO akatu Pelo consumo consciente
PNUD Brasil

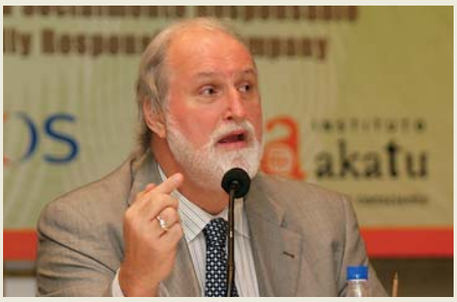
O PAPEL DA EMPRESA SOCIALMENTE RESPONSÁVEL em uma sociedade sustentável
El Papel de La Empresa Socialmente Responsable | The Role of a Socially Responsible Company

PUBLICAÇÃO ESPECIAL DO INSTITUTO ETHOS SOBRE A CONFERÊNCIA INTERNACIONAL 2006 — EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL, REALIZADA ENTRE OS DIAS 19 E 22 DE JUNHO DE 2006, NO HOTEL TRANSAMÉRICA, SÃO PAULO/SP. AGOSTO, 2006.

19 de junho de 2006

PLENÁRIA DE ABERTURA

Plenária discute sociedade sustentável



Ricardo Young, Instituto Ethos

"Para mudar o País, temos que agir onde está o poder. E o poder está no mundo empresarial". Foi com esta frase que Oded Grajew, presidente do Conselho Deliberativo do Instituto Ethos, abriu a plenária que marcou o início da Conferência Internacional 2006 — Empresas e Responsabilidade Social e antecipou o lançamento do Pacto Empresarial pela Integridade e contra a Corrupção (*ver pág. 15*). "Da agenda empresarial dependem muito as mudanças que queremos fazer, por isso a importância deste enfoque de responsabilidade social. Esta Conferência vai oferecer a muitos que estão aqui a oportunidade de serem socialmente responsáveis". E completou: "somos aquilo que fazemos, não aquilo que falamos", instigando os participantes que lotavam o auditório para assistir a Plenária especialde abertura.

A mensagem foi reforçada por Ricardo Young, presidente do Instituto Ethos, que afirmou que o ceticismo de importantes formadores de opinião, constatado no estudo a cerca da cobertura jornalística sobre RSE, lançado na Conferência, passa uma mensagem clara: "O que vimos fazendo durante esses oito anos não foi suficiente para construir confiança no setor empresarial, a fim de que ele possa desempenhar o seu importante papel na construção de uma sociedade sustentável. Essa Conferência começa sob esse desafio". E completou: "O movimento em direção ao desenvolvimento sustentável não será sem dor. Mas o importante não são as contradições e, sim, como nos preparamos para enfrentá-las".

A mesma linha de argumentação foi defendida por Guilherme de Almeida, coordenador da Unidade de Direitos Humanos do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD): "Não estamos mais no tempo de construir protocolos, mas num momento de ação coletiva, e a ONU vem buscando uma aproximação cada vez maior do setor privado, de forma a reforçar a capacidade empreendedora no sentido da sustentabilidade". Ainda segundo Guilherme, o tema da sustentabilidade une todas as correntes, pois "não há divergências sobre a necessidade de se atingir essa meta, o que de fato deve ser feito, sob pena de se provocar um colapso do sistema social. O que está em discussão é a urgência em se alcançar esse objetivo", disse.

A questão do consumo responsável foi introduzida por Helio Mattar, presidente do Instituto Akatu pelo Consumo Consciente, que também compôs a mesa. Para ele, a percepção de interdependência é o grande desafio: "Se o principal motivo da expansão da fronteira agrícola da Amazônia é a pecuária, cada vez que comemos um bife estamos colaborando para o aquecimento global". Helio ressaltou a importância de que a produção e o consumo sejam colocados no seu devido lugar, como instrumentos de bem-estar e não um fim em si mesmo: "43% das pessoas acreditam que aquilo que consomem define sua identidade, o que é uma completa inversão".

A Plenária contou também com a palestra de Cecilia Ugaz, consultora sênior de política no Escritório do Relatório de Desenvolvimento Humano do PNUD, que apresentou um panorama sobre o direito de acesso universal aos serviços sanitários e abastecimentos de água, em especial, pelas populações de baixa renda nos países em desenvolvimento. "Perto de um bilhão de seres humanos não têm acesso à água para consumo e outros dois bilhões ao saneamento". Para Cecilia, o tema central dessa discussão deve ser a regulamentação e a responsabilidade social: "Água é um bem inelástico e os pobres já pagam um preço muito alto pelo acesso a ele. Por outro lado, é um negócio arriscado, com tarifas reguladas, que exige um alto investimento inicial e só dá retorno no longo prazo".

Da esquerda para a direita, Oded Grajew, Helio Mattar, Guilherme de Almeida e Cecília Ugaz

Contradições amazônicas
Página 4

ISO 26000
Página 8

Plenária Instituto Ethos
Página 15

RSE na Mídia e Prêmio Ethos de Jornalismo
Páginas 16 e 17

Conquistas e desafios

A Conferência 2006, segundo evento em caráter internacional das oito edições já realizadas, enfrentou o desafio de criar um ambiente onde o público pudesse debater e refletir sobre os impactos socioambientais que afligem a nossa sociedade. A proposta de discutir 'O Papel da Empresa Socialmente Responsável em uma Sociedade Sustentável', tema central do evento, reforçada pela situação e tendências apontadas pelos indicadores de pobreza e miséria, desigualdades, injustiças e degradação das condições ambientais, foi absolutamente oportuna.

Cada vez mais esses conflitos e dilemas estão sendo incorporados às análises de risco e oportunidades dos negócios. Entretanto, as iniciativas empresariais ainda estão, aparentemente, muito aquém da dimensão dos problemas. Tornava-se necessário acelerar o processo de troca de informações e conhecimento para aumentar o ritmo das mudanças. Daí, a realização do evento, estruturado com 35 atividades diferentes, entre plenárias, painéis temáticos, mesas-redondas, oficinas, cafés da manhã e atividades multiculturais. Durante os quatro dias discutimos como o movimento de RSE pode se constituir em uma plataforma de convergência de forças econômicas, sociais e políticas para a construção de sociedades sustentáveis. Ressaltamos, em especial, o Seminário RSE na Mídia, a Cerimônia do 6º Prêmio Ethos de Jornalismo — Empresas e Responsabilidade Social, Edição especial, e os lançamentos do Fundo de Capital Solidário, do Índice de Desenvolvimento Infantil Empresarial (IDI-E) e do Pacto Empresarial pela Integridade e contra a Corrupção.

Entre os dias 19 e 22 de junho, a Conferência Internacional reuniu 1.022 inscritos (sendo 358 homens e 664 mulheres), 76 palestrantes, 130 jornalistas, mais convidados, pessoal de apoio e equipes do Instituto Ethos, UniEthos e Instituto Akatu. No total, 1.500 pessoas (16% a mais em relação a 2005) circularam pelo Hotel Transamérica, em São Paulo, movidas pelo interesse em participar e debater os desafios e as oportunidades que o movimento de responsabilidade social empresarial têm pela frente para a construção de uma sociedade sustentável.

Esta publicação, assim como o *hot site* (www.ethos.org.br/ci2006), contém a cobertura exclusiva do evento, com depoimentos dos participantes, além dos resultados da pesquisa de avaliação realizada pelo Ibope Opinião. De acordo com o estudo, 90% dos 230 entrevistados considerou a CI 2006 Ótimo/Boa, e 93% declarou ter grandes chances de participar das próximas edições. Leia os demais resultados na página 20.

Para aqueles que não tiveram a oportunidade de participar ou mesmo quem esteve presente e queira rever as atividades, basta acessar os vídeos gravados em www.tvethos.com.br.

Mérito compartilhado

Reconhecemos que o êxito da Conferência Internacional e os seus resultados positivos só foram possíveis graças ao envolvimento de muitos parceiros, aos quais em nome do Instituto Ethos e do UniEthos agradecemos: o Instituto Akatu pelo Consumo Consciente e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento — PNUD Brasil, pela parceria estratégica; à Petrobras, patrocinadora master; aos patrocinadores Aché — Biosintética, Banco do Brasil, CPFL, Fundação Vale do Rio Doce; Caixa Econômica Federal, Copesul, Nestlé, que dividiram a categoria apoio, e a Coca-Cola, Fundação Belgo, Infraero, McDonald´s, Repsol YPF, Suzano, que ficaram com a categoria colaboração. Outras participações valiosas: apoio tecnológico: HP, Tribal; apoio de transmissão *on line*: CTBC, operadora de telecomunicações do Grupo Algar; apoio de cobertura *on line*: Mega Brasil; apoio de cobertura radiofônica: Rádio CBN, apoio de cobertura de TV: TV Cultura (Programa Balanço Social), apoio organizacional: Francal, Grupo ECO; apoio de divulgação: CDN – Companhia de Notícias, Maxpress Mailing de Imprensa; apoio de papel: Reciclato Suzano, apoio de edição de vídeo patrocinadores: StreamWorks; apoio de edição de vídeos socioambientais: Argumento; apoio agência de viagens: Summit Viagens e Turismo; apoio sessões de cinema: Cine Magia; apoio às instalações socioambientais: Casa Sol e Coopamare, Henrique Heráclio e Ponto Solidário; apoio de ambulância: Unimed; apoio na área de inclusão e acessibilidade: Escola de Gente - Comunicação em Inclusão; apoio à pesquisa de avaliação: Ibope Opinião; equipe de apoio: Gelre; transportadora oficial: TAM; apoio de veiculação: Abril, acioni$ta.com.br, Adiante, B2B Magazine, Consumidor Moderno, Grupo Full Jazz, Horizonte Geográfico, Nossa História, OESP Mídia, O Globo, Primeiro Plano, Racine, rádio CBN, RI — Relações com Investidores, TN Petróleo, Valor Econômico.

Participantes na Plenária do Instituto Ethos

Agradecemos também a contribuição voluntária dos coordenadores das oficinas de gestão e dos representantes das empresas que contribuíram para a construção dos conteúdos apresentados no evento; o trabalho de Andréia Marques na coordenação de conteúdos e de Manuela Pelletier no apoio e contato com os palestrantes.

Nosso reconhecimento e gratidão aos palestrantes, debatedores, moderadores e todos os profissionais envolvidos na realização da Conferência Internacional 2006 – Empresas e Responsabilidade Social.

Conferência Internacional 2006 Empresas e Responsabilidade Social
INSTITUTO ETHOS

Publicação especial do Instituto Ethos sobre a Conferência Internacional 2006 – Empresas e Responsabilidade Social, distribuída gratuitamente aos seus associados.

Coordenadora Editorial: Andréa de Lima (Instituto Ethos)
Edição: Marco Rossi (Mega Brasil)

Reportagem: Adriana Somma,, Louise Emille, Diogo Cosentino, Mônica Nascimento, Renato Raposo, Vany Laubé, Mel Frias, Andrea Gruding (Mega Brasil).

Colaboração: Leno F. Silva (Instituto Ethos)

Fotos: André Conti

Projeto e produção gráfica: Planeta Terra Design

Impressão: Margraf Editora e Ind. Gráfica Ltda.
Tiragem: 4.000 exemplares

Todos os direitos reservados. Permitida a reprodução desta publicação desde que citada a fonte e com autorização prévia, por escrito, do Instituto Ethos.

São Paulo, setembro de 2006.

Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social
Rua Francisco Leitão, 469, 14º andar, conj. 1407, Pinheiros
São Paulo/SP, 05414-020
Tel.: (11) 3897-2400
Fax: (11) 3897-2424
Site: www.ethos.org.br

Esclarecimentos importantes sobre as atividades do Instituto Ethos

1. O trabalho de orientação às empresas é voluntário, sem nenhuma cobrança ou remuneração.
2. Não fazemos consultoria, nem autorizamos ou credenciamos profissionais a oferecer qualquer tipo de serviço em nosso nome.
3. Não somos entidade certificadora de responsabilidade social nem fornecemos "selo" com essa função.
4. Não permitimos que nenhuma empresa (associada ou não) ou qualquer outra entidade utilize a logomarca do Instituto Ethos sem o nosso consentimento prévio e expressa autorização por escrito.

Em caso de dúvida ou de consulta, entre em contato conosco.

RECICLATO® SUZANO
Impresso em Reciclato Suzano® 150 g/m² da Suzano Papel e Celulose, o primeiro papel offset brasileiro 100% reciclado produzido em escala industrial.

PLENÁRIA 1

Dialogar é preciso

John Renesch

Com muita simplicidade e parafraseando cientistas e autores do século passado, como Albert Einstein, o convidado americano John Renesch, futurista e autor do livro *Getting to the Better Future*, mostrou na plenária do segundo dia da Conferência Internacional 2006 – Empresas e Responsabilidade Social que a solução para o problema mundial da sobrevivência depende muito mais de vontade política individual do que de intrincadas reuniões com especialistas.

Segundo o escritor, a solução para os problemas do mundo não está em instituições ou organizações complicadas, está nas pessoas. "Os sistemas que criamos estão doentes, falhos, acabam por nos fazer crer neles, mesmo depois que as mudanças nos impõem novas atitudes", disse John. Ele sugeriu que as pessoas passem a "andar no futuro" e ter a consciência de que "estamos todos no mesmo barco".

Sem entrar no mérito da defesa de um ou outro sistema político, John resumiu todo o processo de mudança a conselhos simples e já sabidos de todos nós: "Devemos baixar nossas defesas para buscar a integração de grupos de visões diferentes, em uma só direção. Os nossos problemas se resumem à sobrevivência e isso implica em uma ação individual de mudança em prol do objetivo maior para multiplicar a mudança", disse.

O escritor, que tem visitado vários países, dando palestras para vários tipos de públicos, lamenta que o mundo hoje seja cínico, apático e fundamentalista, especialmente em relação aos negócios, "ao fazer dinheiro". O maniqueísmo foi questionado e John Renesch convidou os presentes a engajarem-se como aliados em uma mesma causa. As formas de se conseguir isso são, segundo ele, mais simples ainda: começam dentro de nós - "só poderemos provocar mudanças depois que nós tivermos elevado nossas consciências". Por fim, continuou, se fecham numa palavra ainda mais simples: diálogo. "E diálogo não quer dizer dar sua opinião ou impor uma visão, mas conhecer como cada tipo de grupo age, reage e integrar-se com esse grupo", disse. "Para mudar, precisamos nos mudar em primeiro lugar, e começar a dialogar. Esta é a verdadeira conexão que pode nos ajudar com as novas práticas que o mundo de hoje nos impõe", concluiu.

Responsabilidade com os que ainda não nasceram

A segunda participação na plenária Desenvolvimento das sociedades - o Papel do Estado, do mercado e da sociedade civil foi de Jacques Marcovitch, professor de Estratégia Empresarial e de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (USP), que reforçou a necessidade de construção de diálogo abordada por John Renesch. Para o professor, o crescimento populacional no Brasil representa um enorme desafio: "Precisamos construir um futuro que transcenda o que o crescimento imediato pode prover", afirmou, referindo-se aos dados do livro *O Choque de 2006*, de Michel Godet, que prevê que, até 2025, outros 52 milhões de brasileiros serão incorporados a nossa população.

Conciliar o curto, o médio e o longo prazo é uma tarefa conjunta de governo, empresas e sociedade civil, disse o professor. "Para superar nossos grandes passivos econômicos e sociais e atender às grandes expectativas da juventude, devemos focar algumas prioridades na perspectiva social, como educação, eqüidade de acesso, emprego, habitação e rede de proteção social".

Jacques Marcovitch

No que se refere à perspectiva econômica, Jacques lembra, também, da necessidade de se ampliar a infraestrutura e investimento; bem como promover a reforma tributária; inovação e medidas institucionais; comércio internacional; e serviços financeiros.

Para o professor, o trinômio Valores/Resultados/Poder ilustra bem esse processo e, nesse sentido, ele afirma que "cada ator deve pautar sua ação de acordo com a natureza do seu papel: a sociedade civil, em valores; as empresas, em resultados; e os políticos, em poder".

Mas afinal, o que é mesmo essa tal de RSE?

Será a responsabilidade social empresarial (RSE) como o Paraíso, onde todos queremos chegar, só que... não agora? Se não temos sequer uma definição para RSE, podemos nos considerar parte de um movimento? Essas foram algumas das provocações feitas por Steve Rochlin, diretor de Pesquisa e Desenvolvimento no Centro de Cidadania Corporativa do *Boston College*, terceiro palestrante.

Num clima bastante descontraído, Steve brincou com a platéia dizendo que há dez anos vem tentando explicar o que faz a sua família e seus amigos e, segundo ele, ainda não conseguiu. "Se perguntarmos às pessoas deste auditório onde queremos chegar com a responsabilidade social, cada um de nós terá, provavelmente, uma resposta diferente. Mas como bem colocou o Ricardo (numa referência a Ricardo Young, presidente do Instituto Ethos), ontem, na abertura dessa Conferência, nós não construiremos uma sociedade sustentável sem contradições."

Steve Rochlin

Para o diretor do *Boston College*, o papel do capital defendido por Milton Friedmann, Prêmio Nobel de Economia 1976 e considerado um dos papas do pensamento econômico liberal, o conceito do *the business of business is business* está ficando rapidamente para trás: "Responsabilidade social tem a ver com a maneira pela qual as organizações encaram os seus valores, levando em conta os valores da sociedade. Responsabilidade social é quando as organizações se relacionam com a sociedade de maneira mais ampla e, claro, dando bons lucros aos seus acionistas."Na visão do palestrante, a velocidade com a qual conseguiremos construir uma sociedade sustentável depende da nossa capacidade de influenciar as organizações certas e de catalisar as mudanças numa esfera maior. Um desafio para cada um de nós.

CAFÉ DA MANHÃ

Rede de Tecnologia Social

Caio Magri e participantes do Café da Manhã da RTS

No segundo dia da Conferência Internacional Empresas e Responsabilidade Social 2006, a Rede de Tecnologia Social (RTS) promoveu um café da manhã com empresários e representantes de órgãos de comunicação para apresentar a Rede e explicar sua atuação. A RTS, fundada em abril de 2005 com o objetivo de difundir e ampliar tecnologias sociais, conta com a participação de 350 entidades entre órgãos governamentais, empresas públicas e privadas, além de ONGs. Entre seus desafios está captar recursos para reaplicar as tecnologias sociais em algumas regiões do País, como o semi-árido nordestino, a Amazônia Legal e periferias de grandes centros urbanos.

Segundo Caio Magri, gerente de Parcerias do Instituto Ethos, a RTS é "o conhecimento construído com a comunidade, o saber coletivo capaz de mudar uma situação". Trata-se, portanto, da promoção de um processo de interação entre a comunidade e tecnologias como a aplicação de métodos de alfabetização, construção de cisternas ou ainda a certificação sócio-participativa de produtos agroextrativistas".

Para o semi-árido nordestino, as principais aplicações de tecnologias são a exploração do sistema de cisternas e barragens, que contribuem para melhorar as condições das famílias do meio rural e diminuem danos ambientais como a erosão e o assoreamento, e o incentivo a mini-fábricas de beneficiamento de castanha-de-cajú.

Na Amazônia Legal, a RTS está priorizando uma tecnologia de beneficiamento de cinco produtos: castanha do Brasil, açaí, óleo de andiroba, artesanato e azeite de babaçu. O objetivo é a montagem de uma Rede de Certificação Socioambiental que possibilite agregar maior valor aos produtos do agroextrativismo familiar. Há também um programa de manejo de abelhas indígenas sem ferrão para a produção e comercialização do mel entre os moradores da região.

Larissa Barros, secretária executiva da RTS, explica que um dos pontos positivos das tecnologias sociais é a sua versatilidade de reaplicação: "elas podem e devem ser reaplicadas, absorvendo as particularidades de cada comunidade, buscando a renovação da metodologia e o engajamento da população envolvida". No caso das periferias de grandes centros urbanos, essa aplicação e adequação se dá na implantação de tecnologias de reciclagens de resíduos, junto a cooperativas de catadores. Outra iniciativa é a incubação e apoio a empreendimentos solidários na gestão e capacitação de grupos, para que a produção seja bem recebida pelo mercado.

O comitê coordenador da RTS é formado por Petrobras, Caixa Econômica Federal (CEF), Ministério da Ciência e Tecnologia, Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Fundação Banco do Brasil (FBB), Associação Brasileira das Organizações Não-Governamentais (Abong), Grupo de Trabalho da Amazônia (GTA), Articulação do Semi-Árido (ASA), Instituto Ethos, Financiadora de Estudos e Projetos, Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, Grupo de Trabalho da Amazônia (GTA) e Sebrae Nacional.

Por Adriana Somma, Mônica Nascimento e Diogo Cosentino

MESA-REDONDA 1

Contradições amazônicas

Sérgio Amoroso (no alto) e Sérgio Barroso

A mesa-redonda Desmatamento da Amazônia – como é possível evitar?, moderada por Oded Grajew, encerrou os trabalhos da manhã do segundo dia da Conferência, debatendo a realização de atividades econômicas de alto impacto no meio ambiente, como pecuária, mineração e agricultura, e o desenvolvimento socioambiental da região amazônica. O confronto entre as políticas macro-econômicas e políticas ambientais se deu com base em experiências concretas de empresários que se deparam com estes dilemas em sua atuação cotidiana.

Sergio Amoroso, presidente do Grupo Jari-Orsa, o primeiro a se apresentar, focou questões do comprometimento de sua companhia, que destina 1% do faturamento bruto em ações de responsabilidade social a diversas áreas de atuação, da saúde à promoção de direitos. Ressaltou, ainda, que as ações do Grupo Jari-Orsa influenciam políticas públicas, nas áreas de saúde e educação, a exemplo dos programas de educação infantil, Mãe-Canguru e GRAAC. "Entendemos a empresa dentro de um território de ação que envolve universidades, ONGs, governo, setor privado e comunidade, em busca de parcerias participativas", enfatiza.

Sérgio Barroso, presidente da Cargill Agrícola S.A. aproveitou o momento para tratar da questão da competitividade e sustentabilidade, de acordo com a legislação. Questionado durante os trabalhos sobre alguns posicionamentos que a multinacional mantém na região, principalmente em relação ao plantio da soja e construção de um porto em Santarém (PA) para escoamento da produção em direção à Europa, Sérgio Barroso afirmou que "a empresa trabalha dentro de princípios da legalidade", ainda que tenha algumas questões em andamento com o Ministério Público e entidades civis, como o Greenpeace.

Em contraponto à apresentação do presidente da Cargill, Eugenio Scannavino Neto, coordenador-geral do Centro de Estudos Avançados de Promoção Social e Ambiental do Projeto Saúde e Alegria, arrancou aplausos calorosos da platéia ao exibir uma reportagem feita pelo programa 'Fantástico',

>>>

Da esquerda para a direita, Eugenio Scannavino Neto, João Paulo Capobianco e Maurício Reis

>>> da Rede Globo, sobre as fronteiras agrícolas na Amazônia, focando particularmente o que vem acontecendo na região de Santarém. Em meio a essa dura realidade de conflitos entre o homem da floresta e os agricultores vindos do Sul do País, Eugenio coordena sua entidade há, aproximadamente, 20 anos. "Sempre desenvolvemos ações de cidadania com a população local, dentro de uma visão que chamamos de 'cultura da floresta', pautada na convivência construtiva do homem com o meio ambiente, a qual, acredito, é um dos caminhos para preservação da região", ressaltou.

Na seqüência, João Paulo Capobianco, secretário de Biodiversidade e Florestas, do Ministério do Meio Ambiente, elogiou a colocação da Amazônia no foco das discussões de eventos como o promovido pelo Instituto Ethos. "Há de se discutir, e muito, a realidade socioambiental dessa região do País que, desde os anos 60, vem sofrendo um duro processo de degradação e onde hoje vivem cerca de 23 milhões de brasileiros, a maioria deles na condição de pobreza absoluta", disse.

Maurício Reis, diretor do Departamento de Gestão Ambiental e Territorial da Companhia Vale do Rio Doce aproveitou a oportunidade para apresentar um balanço do que a empresa vem fazendo na região, e reforçou que qualquer ação ali implementada requer estudos técnicos e muito aprofundamento. "É muito mais barato fazer a coisa certa desde o início do que ter que consertar depois", advertiu.

PAINEL TEMÁTICO 1

Sobrevivência da espécie: o desafio do século

Os principais indicadores da mudança climática no Planeta, além da necessidade do compromisso das empresas com a redução de emissões de poluentes, como forma de se criar uma massa crítica na sociedade, suficiente para a reversão dessa tendência, foram os principais pontos de debates do painel Mudanças climáticas – compromissos da empresa socialmente responsável, que contou com a moderação do jornalista Adalberto Wodianer Marcondes, diretor e editor executivo da Agência Envolverde.

O ambientalista Fabio Feldmann deu início a sua participação lembrando que "hoje a humanidade está diante de um grande desafio para a sua perpetuação enquanto espécie: a mudança climática". Segundo ele, o mundo só tomou conhecimento de problemas causados pela emissão de gases, como por exemplo o CFC (sigla para clorofluorcarbono, gás usado na refrigeração, em solvente e aerosol), após a descoberta do buraco na camada de ozônio da Terra. Antes disso, as empresas diziam que, enquanto não houvesse provas científicas de que aqueles gases causavam alterações químicas na camada superior da atmosfera, nada seria feito. Comparando o tema da mudança climática com a Copa do Mundo, Fabio disse que há uma ambigüidade no assunto, pois cada um vê de uma maneira e aborda o tema do seu jeito. "Nós ultrapassamos o sinal vermelho", declarou. "A humanidade está diante do seu maior desafio. Se, no começo dos anos 90, pensávamos que a situação era dramática, hoje é muito pior", disse.

O diretor do Departamento de Meio Ambiente e Temas Especiais do Ministério das Relações Exteriores, Luiz Alberto de Figueiredo Machado, destacou a Convenção de Montreal, que aborda a questão do clima, e que, segundo ele, ataca a causa do problema: "Temos que lidar com os fatos, começar a mudar a matriz energética, mas isso não quer dizer que não tenha a ver com o esforço coletivo", declarou. Luiz Alberto perguntou aos participantes sobre o que aconteceria depois de 2012, ano em que o Protocolo de Kyoto demarcou como meta para os países que ratificaram o documento cumprirem seu papel. O diretor deixou claro que tudo ainda está no início, alegou que é difícil prever a política externa, mas lembrou que o processo já está em andamento.

Jacques Marcovitch, professor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (USP), participou da mesa-redonda, questionando como o Brasil poderia se tornar um País exemplar para o exterior. Traçando um paralelo com um teleférico, Jacques disse que há várias rodas de diferentes tamanhos movimentando o tema. A primeira, maior e mais lenta, começou mais cedo: é a da ciência. A leitura científica do assunto é sempre em busca da verdade. A segunda roda, menor e um pouco mais lenta, é representada pelas ONGs. Elas captaram o que os cientistas diziam e passaram a manifestar a indignação diante dos fatos. A última, a roda da mítica, é a mais rápida e tem maior dificuldade de entender o cientista. Para o professor, as ONGs são as "decodificadoras" entre a ciência e a mítica. Fechou sua apresentação dizendo: "O Brasil é capaz de fazer a diferença, mas ainda não fez o suficiente".

Da esquerda para a direita, Fabio Feldmann, Luiz Alberto de Figueiredo Machado, Adalberto Wodianer Marcondes e Jacques Marcovitch

PAINEL TEMÁTICO 2

Os investimentos em sustentabilidade social

Hoje, as mudanças climáticas são uma das principais preocupações das empresas, isso porque muitos prejuízos financeiros ocorrem após desastres naturais. Esta afirmação ocorreu no painel Valorização e promoção dos negócios sustentáveis. Segundo os palestrantes esse é o principal motivo que leva as empresas a procurarem projetos que possam diminuir prejuízos financeiros, humanos e naturais. "As aplicações financeiras estão sendo influenciadas pelos aspectos climáticos", destacou Edoardo Gai, responsável do departamento de pesquisas para a definição do *Dow Jones Sustainability Indexes* (DJSI) na *Sustainable Assets Managment* (SAM).

Para Miguel Martins, integrante do *International Finance Corporation* (IFC), o Brasil é um dos países que mais investe em sustentabilidade social e as empresas nacionais estão sempre entre as que adotam essa postura. "O País tem sido um grande exemplo em relação à aplicação de sustentabilidade", disse.

O Índice de Sustentabilidade Social (ISE) foi explicado por Ricardo Nogueira, superintendente executivo de Operações da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) e presidente do Conselho Deliberativo do Índice de Sustentabilidade Social. Ele apontou as vantagens financeiras de uma empresa estar integrada ao ISE, mas fez um alerta: "A realidade da globalização atribui valor às marcas não só pelo o que as empresas produzem, mas, principalmente pelo que representam no contexto social".

Da esquerda para a direita, Izabela Campos Alcântara Lemos, Miguel J. Martins, Rubens Mazon, Edoardo Gai e Ricardo Nogueira

O Banco do Brasil foi representado por Izabela Campos Alcântara Lemos, diretora de Relações com Funcionários e Responsabilidade Socioambiental da instituição, que detalhou os princípios que levaram o banco a investir no desenvolvimento regional sustentável. "Nossas ações nesse setor promovem a geração de trabalho e renda; aplicação no artesanato, na 'mandiocultura' e fruticultura, entre outras; e fortalecem o associativismo e incentivo a agricultura familiar. Cada vez mais, as entidades financeiras tendem a assumir um papel social, devolvendo para a sociedade parte daquilo que capitalizam", concluiu. O painel teve a moderação de Rubens Mazon, professor em gestão da sustentabilidade.

PAINEL TEMÁTICO 3

Biodiversidade com inteligência

O painel Exploração econômica da biodiversidade tratou das oportunidades de negócios sustentáveis, garantidas pela biodiversidade e os desafios e dificuldades deste tipo de atividade. Uma das questões debatidas foi a regulamentação e a auto-regulamentação do mercado destes produtos.

Antonio Brack Egg, biólogo, educador e escritor peruano, fez sua apresentação sobre a exploração econômica da biodiversidade, salientando quais são os limites, as regras dos ecossistemas e os problemas do século XXI. Antonio salientou que a biodiversidade exige novas estratégias para países subdesenvolvidos, evitando-se conseqüências predatórias para o meio ambiente, como a destruição da floresta, na intenção de ganhar dinheiro.

"Aumentar o conhecimento é muito fácil, mas mudar o comportamento é bem mais difícil". completou Claudio Valladares Padua, fundador do Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ).

Outro tema discutido foi como a biodiversidade pode trazer riquezas por meio do ecoturismo. Aqui no Brasil, as viagens para Amazônia, voltadas à observação de pássaros, por exemplo, estão se tornando cada vez mais comuns. Por ano, a geração de empregos com o ecoturismo traz ao País US$ 33 trilhões em divisas.

Segundo Claudio, a biodiversidade é de extrema importância para as comunidades rurais, pois elas precisam dela para sobreviver. "É necessário dominar todo o conhecimento sobre a Amazônia para parar com a biopirataria. Precisamos formar gente nova, em escolas novas, para chegarmos em algum lugar", completou.

André Lima, advogado do Instituto Socioambiental (ISA), falou sobre a utilização econômica da biodiversidade e assinalou que "Os desafios são para ontem". Já Juliana Santilli, promotora de Justiça do Ministério Publico (MP) do Distrito Federal e Territórios, abordou os projetos de lei que estão parados na Casa Civil da Presidência, como o elaborado pela ministra Marina Silva. Além disso, Juliana contou sobre um projeto aplicado no estado do Amapá, que apresentou resultados bastante satisfatórios: a Farmácia da Terra, um investimento de política pública de incentivo para que a comunidade local utilize plantas medicinais da região. "Apesar da iniciativa bem-sucedida, o pior é que o Conselho Federal de Medicina entrou com uma representação no MP com o objetivo de acabar com o programa", desabafou a promotora. O painel foi mederado por Maria Zulmira, jornalista da TV Cultura e Repórter Eco.

Da esquerda para a direita, Antonio Brack Egg, Claudio Valladares Pádua, André Lima e Juliana Santilli

PAINEL TEMÁTICO 4

Todas as atividades da Conferência contaram com intensa participação do público

Inclusão social e reciclagem na construção de um modelo de desenvolvimento sustentável

Numa mesa bastante representativa do que seriam os principais interlocutores de um processo de desenvolvimento sustentável, Valdemar de Oliveira Neto, coordenador regional da Fundação Avina; Luiz Henrique da Silva, diretor do Movimento Nacional dos Catadores de Material Reciclável (MNCR) e da Asmare; Luís Fernando Nery, gerente de Responsabilidade Social da Petrobras; e Vanúzia Gonçalves Amaral, chefe da divisão de coleta seletiva da Superintendência de Limpeza Urbana de Belo Horizonte (MG), discutiram a gestão sustentável de resíduos sólidos.

Como representante da iniciativa empresarial, Luís Fernando explicou os caminhos percorridos pela Petrobras para o desenvolvimento de uma bem-sucedida Rede Nacional de Reciclagem de Resíduos Sólidos, "que focou seus esforços na integração de todos os segmentos do processo de tratamento de resíduos, principalmente na capacitação dos catadores de material reciclável e no aparelhamento dessa indústria de reciclagem".

Para Valdemar, essa integração, não só do processo, mas também de todos os setores da sociedade, é a chave para a estruturação de uma indústria de reciclagem que seja sustentável, ao contrário do modelo atual no qual a base, a massa de catadores, é desorganizada e negligenciada, alimentando o processo de exclusão. "Para construir um modelo de inclusão social, de sociedade sustentável, é necessária a plena participação dos setores marginalizados. No caso dos catadores, tem sido importante a união da classe em prol de um objetivo", explica.

Um exemplo dessa união é o Movimento Nacional dos Catadores de Material Reciclável, apresentado por Luiz Henrique da Silva. O Movimento tem por objetivo a organização e o fortalecimento do setor, e a legitimação da profissão e de suas demandas. "Grandes conquistas já foram alcançadas, como uma maior articulação política e o reconhecimento da profissão enquanto ocupação", lembrou Luiz Henrique. Mas o MNCR enfrenta, ainda, uma grande luta contra o preconceito da sociedade, contra a corrente de intermediários na produção e contra a própria 'indústria do lixo', interessada no mercado da reciclagem.

Vanúzia Gonçalves Amaral, responsável pela adoção de uma política pública voltada à gestão de resíduos em Belo Horizonte, afirma que, embora essa preocupação reflita uma necessidade irrevogável da sociedade contemporânea, a construção desse modelo sustentável deve passar, antes de qualquer coisa, por uma reeducação da população: "Parece que tem uma certa incoerência entre o discurso e o consumo. Você já não consegue abrir mão de certos confortos, independentemente se sabe ou não o destino dos resíduos".

Vanúzia considerou, ainda, que o grande desafio das gestões públicas neste momento é o de englobar, definitivamente, os catadores e a população num projeto "que deve ser um meio para uma sociedade mais sustentável, e não um fim a ser atingido". O painel Gestão sustentável de resíduos foi moderado por Caio Magri, gerente de Parcerias do Instituto Ethos.

Da esquerda para a direita, Luiz Henrique da Silva, Valdemar de Oliveira Neto, Vanúzia Gonçalves Amaral e Luís Fernando Nery

OFICINAS DE GESTÃO

Como potencializar os resultados da sustentabilidade

A oficina Gestão de Projetos para a Sustentabilidade, conduzida por Aerton Paiva, sócio diretor da Apel Consultoria Empresarial e Patrícia Barbúscia, consultora da Apel Consultoria Empresarial, ofereceu aos participantes uma oportunidade de revisitar a relação existente entre as estratégias e os projetos, sob a perspectiva unificada da metodologia PMBOK (PMI—*Project Management Institute*®) e dos indicadores da sustentabilidade (Instituto Ethos, Metas do Milênio, GRI, entre outros). O público se deparou com desafios propostos sobre métodos para potencializar os resultados da sustentabilidade, a partir dos investimentos em projetos estratégicos, e como repensar o desenvolvimento de produtos e serviços das organizações.

Aerton exemplificou que as empresas investem grandes valores em projetos e muitos deles não se viabilizam. Diante deste cenário, as metodologias não têm como objetivo criar regras ou normas, mas consolidar boas práticas no gerenciamento de projetos.

Dividido em 25 grupos, o público foi convidado a pensar soluções para uma empresa fictícia, incluindo os diversos atores da sociedade, tornando prático o discurso do valor e da transparência. O desafio, segundo Aerton é "questionar, desde o escopo do projeto de um novo produto, por exemplo, até se ele foi planejado para minimizar os impactos ambientais e sociais". Além dessa questão básica, cabem outros questionamentos como a integração da cadeia de produção por pequenos fornecedores; a contribuição para a capacitação ou formação profissional; e o estímulo ao consumo consciente. Porém, alerta o diretor da Apel, "mais importante do que obter as respostas é estimular o diálogo e a reflexão, criar a cultura para definir um mapa das partes interessadas".

A oficina trouxe para José Carlos Alves, gerente nacional de racionalização de gastos e eliminação de desperdícios da Caixa Econômica Federal, uma nova perspectiva de atuação para projetos em andamento no banco. "Temos projetos desenvolvidos dentro da metodologia PMI e podemos incorporar também princípios de responsabilidade social empresarial, buscando questionar como as ações podem contribuir com as Metas do Milênio e a *Global Reporting Initiative* (GRI), como ações efetivas em busca da sustentabilidade".

A experiência também foi positiva para Alcino Vilela, analista de responsabilidade social da Elektro Eletricidade. "Adotamos outra metodologia para gerenciamento de projetos, certificada com a ISO 9001, e a oportunidade de trocar experiência com profissionais que utilizam outras técnicas é muito construtiva, pela pluralidade de opiniões de profissionais atuantes em diferentes setores".

Oficina de gestão de projetos para a sustentabilidade

DIÁLOGO COM STEVE ROCHLIN

Um banco de melhores práticas de RSE

Uma das atividades mais concorridos da terça-feira foi a apresentação do *Global Leadership Network* (GLN), um grupo formado por 10 empresas em associação com o *Boston College* e o *The Institute of Social and Ethical AccountAbility*, entidades responsáveis pela sistematização de um banco de melhores práticas sobre responsabilidade social empresarial (RSE). As empresas signatárias do GLN são IBM, General Electric, 3M, Cargill, General Motors, Fedex, Omron, Diageo, Cemex, e Manpower. Conduzido por **Steve Rochlin**, diretor do *Research and Development Institute at the Center for Corporate Citizenship at the Boston College*, o painel contou com a participação de **Mark Murphy**, do Departamento de Assuntos Corporativos da Cargill EUA.

Por Renato Raposo

PAINEL TEMÁTICO

ISO 26000 – Uma nova norma

O painel temático ISO 26000 de Responsabilidade Social, moderado por Paulo D. Branco, sócio-diretor da Ekobé Sustentabilidade e Responsabilidade Corporativa, debateu os pontos já aprovados da futura ISO 26000, os desafios e as oportunidades dessa iniciativa, além de propiciar aos participantes informações sobre a norma, antes da sua publicação em 2008.

A ISO 26000 servirá para estabelecer um padrão internacional de responsabilidade social. Desde 2002, a ISO vem estudando esse tema e a discussão dessa nova norma teve início em janeiro de 2005.

O painel foi divido em duas partes. Na primeira, Tarcila Reis, gerente de Apoio e Aprofundamento do Instituto Ethos, mostrou alguns pontos já aprovados da norma nas reuniões do Grupo de Trabalho de Responsabilidade Social da ISO e concluiu sua apresentação falando que "a ISO 26000 será um mapa integrador das diversas iniciativas de responsabilidade social existentes".

Em seguida, Jorge Cajazeira, gerente de Excelência Empresarial da Suzano Papel e Celulose e presidente do Grupo de Trabalho de Responsabilidade Social da ISO, falou sobre a complexidade e a inserção das normas no mercado e o quanto elas são importantes.

No segundo bloco, foram discutidos os prós e contras sobre a criação da nova norma. "Estou interessado em ver o sucesso da ISO 26000, mas tenho alguns receios quanto a sua criação. Vivemos num mundo que tem uma aspiração justificada de mudar sua condição de vida e lutamos por isso, mas não temos todas as respostas. Não existem respostas rápidas", diz Ernst Ligteringen, presidente da *Global Reporting Initiative* (GRI).

Finalmente, Clóvis Scherer, economista do Departamento de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), explicou a posição da entidade, falando dos pontos positivos e negativos da futura norma. Um dos pontos ressaltados foi a sub-representação de algumas partes interessadas e o processo decisório da norma.

Uma preocupação que ficou no ar é a razão pela qual a ISO 26000 não será uma norma certificadora, pois assim, seria uma forma das empresas terem maior interesse, já que traz mais competitividade ao mercado.

Da esquerda para a direita, Ernst Ligteringen, Jorge Cajazeira, Tarcila Reis e Clóvis Scherer

PLENÁRIA 2

Desafios de uma empresa socialmente responsável

Da esquerda para a direita, John Elkington, John Renesch, Ricardo Young e Jason Clay

Sob o tema A empresa socialmente responsável – desafios, dilemas e conflitos, Jason Clay, presidente da Unilever, John Elkington, fundador da SustainAbility, e John Renesch, escritor e futurista, com a moderação de Ricardo Young, Presidente do Instituto Ethos, debateram os desafios a serem enfrentados por todo o setor empresarial na adoção de uma política de sustentabilidade como estratégia corporativa.

O presidente da Unilever apresentou a forma de atuação da empresa na Indonésia, dentro de um trabalho de pesquisa desenvolvido para avaliar o impacto de suas atividades junto aos seus diversos públicos locais. Jason falou sobre a geração de valor junto aos diferentes setores da cadeia produtiva, com ações focadas, por exemplo, nos pequenos produtores, buscando assim o desenvolvimento sustentável da região onde atua e também o combate ao risco de trabalho precário no país, utilizado por seus fornecedores. "Em uma linha de produção de doces, à base de soja, optamos por ter como fornecedores 15 pequenos produtores locais, em vez de um grande fornecedor dos Estados Unidos ou do Brasil. A escolha, que representou um acréscimo de mais de 10% nessa operação, revelou, no médio prazo, uma atitude benéfica em diversos aspectos, a ponto de permitir a redução no custo final de produtos", detalha o presidente da companhia.

Segundo ele, diante desse sucesso, a iniciativa foi aplicada em outras cadeias produtivas da empresa, levando os produtos da Unilever a patamares da sociedade que antes não tinham acesso a eles. "Hoje, 5,7% da população mais pobre da Indonésia consome produtos Unilever".

Baseando-se no trabalho prestado pela *SustainAbility* a diversas empresas, John Elkington apontou o que, em sua concepção, será o caminho para a criação de um modelo de sustentabilidade, passando, necessariamente, pela atenção aos direitos humanos. "A preocupação com os direitos humanos passa por uma grande transformação", explicou, avaliando que essa prerrogativa vai hoje muito além de leis trabalhistas e de liberdades individuais, atingindo temas como produtos mais seguros e a inclinação a questões ambientais como a prevenção do aquecimento global.

O fundador da SustainAbility apresentou também, entre os desafios e conflitos enfrentados pelas empresas para abarcar essas políticas, preconceitos dos próprios empresários e questões mercadológicas, como o caso da Nissan, explanado pelo moderador Ricardo Young, cujo protótipo de um carro movido a hidrogênio não é economicamente viável no curto prazo. John afirma, porém, que à medida que valores e preocupações de toda a humanidade se tornam parte intrínseca da estratégia das grandes empresas, essas iniciativas começam a ganhar força."A sustentabilidade vai moldar o mercado", complementa.

A favor desse crescente movimento de humanização, John Renesch afirma que "é hora do mundo crescer. Temos uma oportunidade única de, conscientemente, ascender ao próximo passo da evolução". Sentenciou, como um desafio à própria Conferência que, sendo o setor mais poderoso da sociedade, "se as empresas não mudarem junto com a sociedade, não haverá mudança". O escritor também lembrou que é hora de sermos mais 'irracionais' destacando a questão de que foi o pensamento racional que levou a todo esse caos contemporâneo. "Todo o progresso depende do homem que é pouco razoável", explicou o futurista norte-americano.

MESA-REDONDA 2

Um longo e promissor caminho a seguir

A segunda mesa-redonda, mediada por Ricardo Young, discutiu a Erradicação das desigualdades – A contribuição da RSE, ao tratar do alcance das empresas socialmente responsáveis em relação à estratégia de transformação social, e analisou a sua contribuição para a redução das desigualdades. O alinhamento do potencial dos negócios com a resolução dos problemas sociais igualmente esteve no centro das discussões.

Chris Marsden, presidente do Grupo de Negócios da Anistia Internacional no Reino Unido e presidente da Curadoria do *Business and Human Rights Resource Centre*, lembrou a posição de destaque do Brasil no grupo denominado BRIC, composto também por Rússia, Índia e China.

Salientou também que a base de todo o trabalho é a Declaração de Direitos Humanos das Nações Unidas, ressaltando a importância do Pacto Global, um documento emitido pela ONU em 1999, no qual mais de 2.000 empresas, de 19 países, reconheceram sua responsabilidade no enfrentamento das questões ambiental, de trabalho e de direitos humanos. Essa iniciativa foi citada como uma das formas de resolver uma questão fundamental: a legitimidade de empresas privadas influírem positivamente em assuntos de RSE, claramente de responsabilidade de governos. "Mesmo não desejando, as empresas precisam pensar e agir em questões públicas como direitos humanos, meio-ambiente, práticas éticas de negócios", disse Chris.

>>>

>>>

Polemizou ainda mais ao declarar os cinco estágios de crescente amadurecimento pelo qual as empresas evoluem: "Filantropia faz parte do estágio inicial de ação das empresas na RSE. A ele seguem-se a RSE reativa, a RSE pró-ativa, a empresa como agente 'desenvolvedor' e, por fim, como 'resolvedor' de problemas sociais". Chris ainda descreveu os cinco poderes corporativos que podem ser utilizados em benefício da responsabilidade social: reconhecer o papel de governança 'de fato' das empresas e da imprensa, de modo a aumentar a sua responsabilidade nesta atuação; informar ao mercado consumidor esse papel e seus resultados, permitindo decisões informadas; observar e assegurar a ética pessoal de líderes de negócios, executivos e demais empregados das empresas; estimular ONGs a igualmente criticar e condenar empresas; e apoiar e reconhecer boas iniciativas.

Para mostrar a visão do Estado, Floriano Pesaro, secretário Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social de São Paulo, afirmou que "o sucesso da participação do Estado pode estar na economia de custos que se consegue com demoradas avaliações e reorientações". Em sua gestão, suas duas maiores preocupações são a continuidade às políticas públicas sociais estabelecidas ao longo dos governos municipais, e estabelecer o norte a ser seguido daí para frente. Ele reconhece que o Estado está menor em tamanho e abrangência, migrando de uma posição de executor para uma de regulador e fiscalizador de investimentos. Mas, também, que vem ganhando em conhecimento, capacidade de avaliação, monitoramento e supervisão. Floriano também destacou a necessidade de integrar as diversas iniciativas de cunho social em execução por entidades parceiras do município, e citou dois programas: o *Ação Família*, de proteção social básica, buscando valorizar o fortalecimento da instituição familiar, em operação fundamentalmente nas regiões periféricas, onde se concentram os bolsões de pobreza de São Paulo; e o São Paulo Protege, de proteção social especial, corrente nas regiões centrais, cujo objetivo é a erradicação do trabalho infantil.

Da esquerda para a direita, Floriano Pesaro, Ricardo Young (moderador), José Lima de Andrade Neto e Chris Marsden

Para concluir, José Lima de Andrade Neto, presidente da Petroquisa, apresentou a visão e o exemplo de RSE na Petrobras, que, ao longo dos anos, migrou do assistencialismo para o apoio. "Ao lado do crescimento dos negócios e da rentabilidade, a responsabilidade social e ambiental completa o tripé de vetores de evolução da empresa", disse. E citou como projetos que deram certo o Petrobras Fome Zero e o Fundo de Infância e Adolescência. "Juntos, eles significam investimentos de cerca de R$ 420 milhões, somente nos últimos três anos", completou, listando ainda iniciativas junto às demais partes interessadas da Petrobras, como o Siga Bem Criança, voltado para clientes caminhoneiros, para erradicar a prostituição infantil; a inclusão de questões ambientais nos seus requisitos junto a fornecedores; e a crescente inclusão de mulheres (10,7%) e de afro-descendentes (3,1%) na ocupação de cargos de chefia.

PAINEL TEMÁTICO 5

Pacto reúne empresas contra à corrupção

"A corrupção é um problema mundial que, para ser combatido, exige um conhecimento profundo de suas causas", diz o diretor da Transparência Internacional, Jermyn Brooks, um dos palestrantes do painel Pacto Empresarial pela Integridade e contra a Corrupção.

O Pacto prevê ações para propagar boas práticas de ética nos negócios, que possam erradicar a corrupção do rol das estratégias empresariais, com resultados econômicos.

Segundo Carlos Eduardo Lins da Silva, diretor de Relações Institucionais da Patri Relações Governamentais & Políticas Públicas, a idéia do Pacto começou a germinar antes do escândalo do 'mensalão'. "No Brasil, a corrupção sempre é vista como uma coisa feita pelo Estado, e nunca se enfatiza quem alimenta a corrupção".

Giovanni Quaglia, representante regional do Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime (UNODC) no Brasil, diz que "é muito mais fácil para as empresas tomarem decisões para acabar com a corrupção dentro dos seus elos, que dos políticos".

O coordenador da Unidade de Direitos Humanos do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no Brasil, Guilherme de Almeida, acredita que a melhor forma de combater a corrupção é buscar bons negócios. "Corrupção é um problema global e nunca relacional, e a única forma de lidar com ela é por meio desse Pacto", ressaltou.

O Pacto Empresarial pela Integridade e contra a Corrupção já recebeu a adesão de mais de 200 empresas. Roberto Salas, presidente da Amanco,

Da esquerda para a direita, Giovanni Quaglia, Jermyn Brooks, Ricardo Young, Carlos Eduardo Lins da Silva e Roberto Salas

apresentou um estudo de caso sobre um acordo feito com algumas empresas de fornecimento e distribuição de águas para combater a corrupção no setor. A Amanco propôs às empresas alguns aprendizados, desafios e soluções, como a entrega de informações consideradas confidenciais, criação e funções de um comitê de ética encarregado de supervisionar o cumprimento do acordo e definições de penalidades. Com isso, surgiriam alguns benefícios como fomentar uma cultura ética entre o público interno; fortalecer a reputação e a imagem da empresa; gerar maior confiança no ambiente empresarial; promover a recuperação da estabilidade e construir uma nova forma de interação entre as empresas, as organizações e o Estado.

De acordo com Ricardo Young, presidente do Instituto Ethos, o Pacto está num primeiro passo, diferente das discussões sobre a água, que estão em processos de discussão mais avançados.

PAINEL TEMÁTICO 6

Vínculos sustentáveis de negócios nas cadeias produtivas

Christiane Stepanek e Claudio Boechat

O painel, moderado por Oded Grajew, presidente do conselho deliberativo do Instituto Ethos, reuniu os palestrantes Cláudio Boechat, gerente de projetos do Núcleo Andrade Gutierrez da Fundação Dom Cabral; Christiane Stepanek, diretora executiva da Divisão de Investimento, Tecnologia e Desenvolvimento Empresarial da Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD); Doris Thurau, diretora da Agência Alemã de Cooperação Técnica (GTZ); Elson Valim, diretor executivo da Fundação Dom Cabral; e Arnaldo Flaks, diretor do Projeto Vínculos.

O conceito e a importância das cadeias produtivas na construção de vínculos sustentáveis foram os pontos levantados por Elson e Oded. A abordagem de ambos foi feita dentro da criação de vínculos entre as empresas transnacionais, e as pequenas e médias empresas.

De acordo com Cláudio, "o vínculo só pode ser sustentável se a cadeia produtiva também for sustentável". Sustentabilidade que, para Cláudio, só pode ser alcançada por meio de investimentos e colaboração de todos os interlocutores da cadeia produtiva e de seu "ambiente produtivo", que leve em conta a preocupação com meio ambiente e sociedade.

A diretora da GTZ afirmou que um dos grandes objetivos da aplicação desse conceito é o da obtenção de um ambiente voltado ao estabelecimento de vínculos, por meio de políticas públicas favoráveis a iniciativas transacionais. Outro caminho complementar é o da transformação do mercado interno e das entidades da sociedade civil, tornando-os mais competitivos e participativos e, assim, mais atrativos ao capital internacional.

Arnaldo complementou lembrando que o Projeto Vínculos é adaptado de acordo com cada situação e que isso tem, como conseqüência, projetos específicos para as regiões, aprimorando seus benefícios.

A representante da UNCTAD apresentou a problemática da criação de vínculos sustentáveis globalmente, e a função da sua entidade, que atuava junto a gestores públicos, mas passou a adotar uma participação mais ligada à iniciativa privada. Christiane apontou, entre outros grandes problemas da adoção desse conceito, o da "não habilitação de pequenas e médias empresas (por parte do governo) para aproveitar as oportunidades de criação de vínculos".

Ao ser questionada sobre se o setor privado seria, da forma como foi proposto o projeto, o principal interlocutor num cenário de transformação social, a diretora da UNCTAD afirmou que o conceito é o de uma participação colaborativa entre os setores da sociedade, estabelecendo esquemas de Parcerias Público-Privadas (PPPs), porém com a participação da sociedade civil. "A idéia é a de que cada um dos interlocutores deveria fazer o que faz melhor, e o papel da UNCTAD e de propostas como o Projeto Vínculos é criar plataformas para que os setores trabalhem juntos". Ela explicou, ainda, que uma condição fundamental para que a proposta seja bem-sucedida é a de constante diálogo entre os setores público e privado.

Publicações lançadas na Conferência Internacional 2006 - Empreas e Responsabilidade Social, disponíveis no site www.ethos.org.br.

PAINEL TEMÁTICO 7

Trabalho decente: o Brasil avançou, mas os problemas não se resolvem da noite para o dia

O painel temático analisou o desafio de disseminar melhores práticas de promoção do trabalho decente. Foram discutidos caminhos para a implementação das diretrizes da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômicos (OCDE) para as multinacionais e os desafios para o avanço na aplicação do Pacto de Combate ao Trabalho Escravo.

A socióloga Laís Abramo, diretora da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no Brasil, apresentou alguns conceitos criados pela instituição e colocados na Agenda Nacional do Trabalho Decente. Segundo ela, "entende-se por trabalho decente um trabalho adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, eqüidade e segurança, capaz de garantir uma vida digna". Um emprego decente é o emprego necessário para que as pessoas tenham uma vida digna, sem exageros, razoável, segundo os padrões básicos de cada sociedade.

Laís Abramo, Caio Magri e Kjeld Jakobsen

Laís reconheceu que o pensamento pode ser chamado de utópico, mas acredita que cada sociedade deve definir quais as possibilidades e necessidades que devem ser abordadas e persegui-las com afinco. "O trabalho decente é uma condição fundamental para a superação da pobreza, a redução das desigualdades sociais, a garantia da governabilidade democrática e o desenvolvimento sustentável", declarou. Apesar de a Agenda propor diversos planos para o combate ao trabalho escravo, infantil, entre outros, ela ainda não é um programa. Para a socióloga, esses são problemas possíveis de se eliminar em um horizonte razoável.

O presidente do Instituto Observatório Social, Kjeld Jakobsen, apresentou algumas metas e objetivos ligados ao trabalho decente, em que o principal é verificar e medir os problemas trabalhistas. Kjeld afirmou que não é de responsabilidade do Instituto buscar resolver esses problemas, mas apresentá-los de forma a que as empresas e organizações ligadas ao trabalho, como sindicatos, se empenhem na busca pelo trabalho decente.

Para Caio Magri, gerente de Parcerias do Instituto Ethos "o crescimento econômico somente será sustentável e, portanto, de interesse de toda a sociedade, se implementarmos uma agenda de trabalho decente".

A Agenda Nacional do Trabalho Decente procura demonstrar quais são os aspectos que devem ser abordados para se chegar ao respeito às normas internacionais do trabalho, à promoção do emprego de qualidade, à extensão da proteção social e, principalmente, ao diálogo social, em que o Brasil tem avançado imensamente nos últimos anos. "Nenhum desses problemas se resolve da noite para o dia, por isso, estamos lutando para acabar com eles de forma organizada e multidimensional", finalizou Laís.

Da esquerda para a direita, Jacques Pena, Gerard Zwetsloot, Paulo Itacarambi, Nilson Tadashi Oda, Neylar Lins e Nazem Nascimento

PAINEL TEMÁTICO 8

Gera

A Cooperação intersetorial para o desenvolvimento local foi abordada por Paulo Itacarambi, diretor executivo do Instituto Ethos — ao lado dos demais integrantes do Grupo de Trabalho - Responsabilidade Social e Combate à Pobreza (GT) — Jacques Pena, presidente da Fundação do Banco do Brasil (FBB); Gerard Zwetsloot, responsável de projetos da *Interchurch Organization for Development Cooperation* (ICCO); Nazem Nascimento, professor na Universidade Estadual Paulista (Unespa) e coordenador da Regional São Paulo da Fundação

OFICINA DE GESTÃO 2

Oficina de Gestão GRI – Global Reporting Iniciative

A segunda Oficina de gestão, que contou com a coordenação de Beat Grüninger, sócio-fundador da BS&D Business and Social Development, Gláucia Térreo, coordenadora do projeto Ferramentas de Gestão do Instituto Ethos e Sônia Loureiro, consultora de Responsabilidade Corporativa, teve como objetivo esclarecer as principais modificações da terceira geração do modelo de relatório de Sustentabilidade da *Global Reporting Iniciative* (GRI), bem como os desafios e oportunidades em se elaborar relatórios neste modelo.

Antes de dar início aos trabalhos e passar a palavra a Ernst Ligteringen, presidente da GRI, alguns convidados pela coordenação da oficina expuseram suas dificuldades para a concreta implementação de relatórios seguindo o padrão proposto pela GRI. Cid Alledi, da ONG Transparência Brasil, disse que sob o ponto de vista de dados financeiros, a empresa pode optar por não divulgar todos os seus números, "mas sob a ótica da sustentabilidade, sob o ponto de vista ético, não deveriam existir concessões: a transparência deve ser total".

Roberto Gonzalez, da Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (Apimec), também defendeu o sigilo de alguns dados, como informação estratégica da empresa, e apontou dificuldades para implementação do modelo proposto pela GRI nas pequenas e médias empresas. Vivian Smith, da consultoria ERM, enfatizou que o relatório não deve ser visto pelas empresas como a única forma de comunicar. Na sua opinião, as informações nele contidas devem ser adequadas a cada público de interesse.

Ernst aproveitou sua participação para justificar que "a GRI é um fator de complementação, gerando um arcabouço comum entre os vários *stakeholders* da empresa". Ele revelou, ainda, que uma das novidades reservadas pela terceira geração da GRI é a inclusão de análise das estratégias, oportunidades e riscos, dirigida especificamente aos investidores. Esse público reconhece a importância dos relatórios de sustentabilidade, mas busca informações consolidadas, sem muitos detalhamentos técnicos.

Com uma proposta bastante dinâmica, a oficina propôs aos participantes identificar quais são as oportunidades e benefícios ao se desenvolver um relatório GRI e, em seguida, listar as principais dificuldades e os elementos motivadores para as organizações, neste contexto. A atividade, desenvolvida em grupos, contou com a intermediação de um facilitador, representante de empresas e integrantes da coordenação da oficina.

Na avaliação de Roberto, "todos saem com uma questão prática, além dos conceitos e reflexões dos demais trabalhos da Conferência, para reportar seus projetos de sustentabilidade com metodologia e transparência". Esta é a percepção também de Carolina Goulart, da ALL América Latina Logística, que já produz relatórios e buscou na oficina aprofundar conhecimentos sobre o modelo proposto pela GRI. "Com a percepção das oportunidades, dificuldades e motivações, percebo que há maior possibilidade de se buscar o engajamento dos vários setores da empresa para construção de um modelo de transparência e credibilidade, reconhecido pelo mercado", enfatizou.

Ernest Ligteringen

ção de trabalho e renda

Unitrabalho; Neylar Lins, representante da Avina Brasil Nordeste; e Nilton Tadashi, assessor da Agência de Desenvolvimento Solidário da Central Única dos Trabalhadores (ADS/CUT) — apresentou o projeto que tem como objetivo estimular a cooperação de empresas para o desenvolvimento de cadeias produtivas, gerando trabalho e renda à população das regiões Norte e Nordeste do Brasil. "A idéia, por trás desse objetivo, é promover a inclusão social e gerar condições que façam as pessoas atingirem uma auto-gestão o mais rápido possível", disse Nilton Tadashi. Para isso, são necessários investimentos nas cadeias de produção de mel, caju, resíduos sólidos, mandioca e confecção.

"Estas áreas de trabalho, foram escolhidas porque são atividades de maior vocação do semiárido brasileiro", explicou Jacques Pena.

As cadeias produtivas enfrentam muitas dificuldades como, por exemplo, falta de capital de giro, políticas públicas que nem sempre favorecem a iniciativa, organização da infra-estrutura, governança, capacitação dos produtores, falta de assistência técnica e, principalmente, a comercialização, que foi alvo de muito debate.

Segundo Paulo, "o GT desenvolve projetos e programas que foram criados, reestruturados e comentados no *Encontro Internacional do Nordeste do Brasil*, realizado em março último, no qual o próprio GT se apresentou aos diversos atores sociais presentes (empresas, organizações da sociedade civil, universidades, governos etc.)". Para o professor Nazem, "o GT busca estabelecer uma economia solidária, começando com o desenvolvimento local, por meio da geração de trabalho e renda".

CAFÉ DA MANHÃ

Fundo de Capital Solidário

Durante o café da manhã, o Comitê Gestor do Fundo de Capital Solidário (FCS) reuniu empresas e convidados para apresentar a iniciativa, que é voltada para empreendimentos da economia solidária na América Latina como opção de investimento solidário e sustentável. Francisco Mazzeu, diretor executivo da Fundação Unitrabalho, mostrou o plano de trabalho e a agenda de cooperação intersetorial para o desenvolvimento deste Fundo.

O FCS tem por objetivo contribuir para a implementação e o aperfeiçoamento de empreendimentos, com elevado potencial de retorno econômico-social, criteriosamente selecionados e monitorados continuamente, visto que o investimento será feito em parcelas, liberadas conforme o atendimento de metas operacionais, financeiras e sociais. Tais empreendimentos já podem compor a rede de parceria de empresas ou instituições que venham a participar do fundo.

Francisco explicou que "o FCS é um caminho para a complementação de recursos em novos empreendimentos sociais ou mesmo nos já existentes, que com novos investimentos podem aprimorar ou ampliar a capacidade produtiva e contar com acompanhamento de gestão, que será realizado por profissionais de uma das várias incubadoras de projetos criadas nos projetos da Fundação Unitrabalho".

Quando o empreendimento social atingir a maturidade e se tornar autosustentável, geralmente após cinco anos de atividades, o FCS inicia a recuperação do capital investido, podendo dar início a um novo ciclo de investimentos ou retornando o capital aos investidores.

Algumas parcerias ainda estão sendo finalizadas para garantir a elaboração do estatuto do Fundo e também dos contratos que serão firmados entre todas as partes interessadas. "Um dos grandes desafios para consolidação desta iniciativa é a adesão ao Comitê Gestor de um agente bancário que possa assumir a gestão financeira", finalizou o diretor do FCS.

Por Mônica Nascimento

PLENÁRIA 3

Terceiro setor, governo e sociedade

A plenária Controle social do Estado e do mercado – o papel da sociedade civil, contou com a participação dos palestrantes Sean de Cleen, diretor executivo do *African Institute of Corporate Citizenship* (AICC), e Eduardo Felipe Pérez Matias, sócio-advogado do L. O. Baptista Advogados, além dos debatedores Luiza Cristina Fonseca Frischeisen, procuradora do Ministério Público Federal do Rio de Janeiro, e Eduardo Capobianco, presidente do Conselho Deliberativo da Transparência Brasil.

Para Eduardo Matias, o futuro da atuação do terceiro setor é o de substituir, paulatinamente, as funções do Estado, por meio do fortalecimento organizacional da sociedade civil. Segundo ele, essa evolução se anuncia pelo tripé "globalização, inovação tecnológica e enfraquecimento do Estado" e abre caminho para que os novos atores assumam e venham cumprir funções até então destinadas ao poder público, como promoção da justiça e desenvolvimento social. O desafio é atuar dentro de um cenário de legitimidade e transparência, buscando-se o interesse coletivo.

Para Luíza, um dos grandes desafios será encontrar saídas para a inclusão social de uma grande parcela da população mundial que ainda não teve acesso aos benefícios da globalização e permanece às margens do movimento. "É preciso pensar no âmbito da cidadania e, para isso, é necessário que o Estado esteja presente e que haja controle social", explica.

Da esquerda para a direita, Eduardo Felipe Pérez Matias, Luiza Cristina Fonsceca Frischeisen, Paulo Itacarambi, Sean de Cleen e Eduardo Capobianco

Já Eduardo Capobianco apresentou os riscos de se apostar em um manejo do terceiro setor sobre os mecanismos de governo e de mercado, explicando que aquele setor também é regulamentado por interesses que não exclusivamente de colaboração, o que gera uma "disfunção que precisa estar presente quando pensamos em controle da sociedade civil organizada sobre o Estado e o mercado". Essa disfunção traz também a necessidade de se estabelecer critérios precisos de certificação e fiscalização dessa atuação.

Sean disse acreditar que "o fluxo de aproximação entre a sociedade civil e o setor privado formula um novo modelo de mercado, gerando pressão por parte da sociedade e a ampliação de novas tecnologias sociais". Assim, ele aposta na participação ativa do terceiro setor junto à iniciativa privada globalizada para a evolução das economias em desenvolvimento. Além disso, fez um convite a uma atitude mais esperançosa com relação a esse movimento: "Trabalho nesse setor há dez anos e nunca estive tão empolgado como agora. Até então me sentia um padre no púlpito, explicando o que fazer. Agora sinto que eu e meus interlocutores falamos a mesma língua".

A plenária foi moderada por Paulo Itacarambi, diretor executivo do Instituto Ethos.

PLENÁRIA
INSTITUTO ETHOS

RSE: convergência de forças da sociedade para a construção de nações sustentáveis

Da esquerda para a direita, Ricardo Young, Oded Grajew, Paulo Itacarambi e Helio Matar

O encerramento da Conferência culminou com a plenária do Instituto Ethos, onde Oded Grajew, presidente do Conselho Deliberativo; Ricardo Young, presidente; Paulo Itacarambi, diretor executivo; e Helio Mattar, presidente do Instituto Akatu pelo Consumo Consciente, fizeram um grande balanço do encontro de quatro dias.

Oded advertiu que o movimento de responsabilidade social empresarial (RSE) "Ainda tem um longo caminho a percorrer". Em seguida, Paulo fez uma leitura histórica desse movimento no Brasil, desde a criação do Instituto Ethos, em 1998, apontando a agenda e as ações futuras da organização. "A RSE é para nós uma estratégia empresarial de transformação social para atingir negócios sustentáveis e sociedades sustentáveis", enfatizou.

Ao tomar a palavra, Helio contou que o Instituto Akatu foi criado há cinco anos dento do Instituto Ethos com o objetivo de induzir o consumidor a valorizar a responsabilidade social como fator de competitividade entre as empresas. "Iniciamos esse trabalho a partir de temas como recursos naturais e produtos. Depois, criamos um instrumento, que chamamos de Escala Akatu de Responsabilidade Social para saber o que as empresas estavam fazendo, por meio de um conjunto de indicadores".

Na seqüência, depois de comentar os momentos "verdadeiramente históricos" que marcaram este encontro — como o debate entre jornalistas a respeito da qualidade da cobertura da mídia sobre RSE, a Cerimônia do 6º Prêmio Ethos de Jornalismo, Edição especial e as discussões envolvendo o desmatamento da Amazônia e o controle do Estado, Ricardo ressaltou o quão evidente estão as feridas de quem, no dia-a-dia, enfrenta as contradições intrínsecas a um processo considerado de transição. "Estamos no estágio mais profundo do trabalho de reconhecimento da RSE, como agente transformador dentro das organizações empresariais", disse. Referindo-se à "berlinda" em que vivem os profissionais que atuam em prol da causa da sustentabilidade, o presidente do Instituto Ethos lembrou que "ao operar a transição, vivemos as alegrias e as dores desse processo", porque há muitas contradições dentro das empresas. Porém, segundo ele, o saldo é positivo: "Na soma, estamos mais fortalecidos em processos de sustentabilidade, seja porque as conversas estão cada vez mais claras e os casos cada vez mais discutidos, questionados, cobrados. Como ilhas dentro das organizações, temos o desafio de construir pontes para formar um novo tecido social, que nos permita retomar a esperança de criar um mundo melhor, mais ético e responsável", completou.

Plataformas de diálogo

Para Ricardo, o Instituto Ethos e o Instituto Akatu são plataformas de diálogo que existem justamente para fortalecer o processo de mudança. Como integrantes da sociedade civil, é fundamental que cada um cobre mais qualidade também da gestão pública, que não responde à dinâmica da sustentabilidade na velocidade pretendida. "Somente com alianças entre as ONGs e as instituições, vamos conseguir mudar isso", ressaltou, lembrando ainda que, mesmo não querendo, "as empresas privadas devem se conscientizar de que quanto mais poderosa, mais responsável é com o diálogo, a ética e a transparência da sociedade e do Governo".

"Mecanismos para isso estão sendo criados", adiantou o presidente do Instituto Ethos. Entre eles, ao lançamento do Fundo do Capital Solidário (FCS), o Índice de Desenvolvimento Infantil Empresarial (IDI-E) e do Pacto Empresarial pela Integridade e contra a Corrupção, viabilizados por meio das muitas parcerias que o Instituto Ethos vem estabelecendo com os diversos atores da sociedade. "Não vamos chegar à utopia da sociedade sustentável se não estabelecermos relacionamentos de qualidade. O Instituto Ethos é um espaço de criação desses relacionamentos e é por isso que teremos, a pedido dos conferencistas, mais mulheres à mesa, a participação das minorias nas discussões, entre outras sugestões".

Mecanismos para fortalecer a RSE no Brasil

Para ampliar a influência do movimento de RSE nas políticas macroeconômicas e contribuir efetivamente para reduzir as desigualdades sociais, mantendo o equilíbrio ecológico, promovendo a ética e a transparência, foram lançadas na plenária três iniciativas, que visam oferecer às empresas instrumentos efetivos de apoio à implementação de ações práticas: o Fundo de Capital Solidário (FCS), o Índice de Desenvolvimento Infantil — Empresarial (IDI-E) e o Pacto Empresarial pela Integridade e contra a Corrupção.

O Fundo de Capital Solidário (FCS) objetiva abrir uma linha de crédito para permitir o crescimento das cooperativas, dar ferramentas para que as empresas consigam comercializar seus produtos alternativos e melhorar a gestão empresarial. "O FCS poderá permitir aos empresários acompanhar os impactos sociais causados com seu trabalho. No médio prazo, espera-se criar um ciclo virtuoso em que a crescente sustentabilidade das práticas incentivadas gerem o retorno do capital investido pelas empresas concessionárias das linhas de crédito", informou Francisco Mazzeu, diretor executivo da Fundação UniTrabalho.

Já o Índice de Desenvolvimento Infantil— Empresarial (IDI-E) é uma derivação do Índice de Desenvolvimento Infantil (IDI), criado a partir do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e que passou a integrar os *Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial* a partir da edição 2006. Seu objetivo é estimular as empresas a se preocuparem e agirem diretamente na educação dos filhos de seus funcionários. Marie-Pierre Poirier, representante do Unicef no Brasil, disse que apesar da positiva evolução do Índice no País, ainda há dados com que se preocupar, razão pela qual se requer maior envolvimento das iniciativas privadas. "Em cerca de 83% dos municípios brasileiros, menos de 70% das mulheres têm acesso às seis consultas de pré-natal regulamentares", disse. Igualmente grave é o fato de que apenas 61% das crianças têm acesso à pré-escola. Finalmente destacou que a taxa de mortalidade de 2004, que em média no Brasil é de 26 por mil nascimentos, maquia algumas distorções: "Enquanto crianças brancas têm uma taxa de 22,9 por mil, quando se analisa o índice relativo ao nascimento das crianças negras, esta taxa aumenta para 38 por mil, e para 47 por mil em crianças indígenas.

O Pacto Empresarial pela Integridade e contra a Corrupção é um compromisso das empresas em favor da cidadania e da democracia, com o objetivo de eliminar diversas formas de corrupção, para além do mundo corporativo. Ele é considerado um dos exemplos do que pode ser feito para manter um bom relacionamento entre o poder público e as empresas privadas. Trata-se de uma iniciativa que tem como promotores o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, a Patri Relações Governamentais & Políticas Públicas, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Escritório das Nações Unidas Contra Drogas e Crime (UNODC) e o Comitê Brasileiro do Pacto Global, que contém um conjunto de diretrizes e procedimentos que deverão ser adotados pelas empresas e entidades signatárias no relacionamento com os poderes públicos, que serão divulgados amplamente para o mercado utilizar como referência no trato com as empresas.

Seus fundamentos estão baseados na Carta de Princípios de Responsabilidade Social do Instituto Ethos, na Convenção da ONU contra a Corrupção, no 10º princípio do Pacto Global e nas diretrizes para empresas transnacionais da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômicos (OCDE). Empresários de diversos setores e inúmeras organizações da sociedade puderam contribuir para a elaboração do conteúdo em dois seminários realizados: em São Paulo e no Rio de Janeiro, em setembro e novembro últimos. Além disso, a proposta foi submetida a consulta pública durante o período de 90 dias.

Ao assinarem o documento, as empresas assumirão um compromisso voluntário em favor da ética nos negócios, iniciando um novo tempo nas relações Estado-iniciativa privada, e também nas relações das empresas com o mercado.

O lançamento do Pacto no evento contou com Oded Grajew, Ricardo Young, Paulo Itacarambi e Helio Mattar; Eduardo Ricardo, diretor de Relações Governamentais da Patri Relações Governamentais & Políticas Públicas; Guilherme de Almeida, coordenador da Unidade de Direitos Humanos do PNUD, e Giovanni Quaglia, representante Regional do Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime (UNODC) no Brasil; além de Nelson Spinelli, vice-presidente da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) e de dezenas de empresas, das mais de duzentas que formalizaram a adesão à iniciativa até o seu lançamento, e representantes das entidades signatárias.

Da esquerda para a direita, Giovanni Quaglia, Nelson Spinelli, Eduardo Ricardo, Guilherme de Almeida, Ricardo Young, Oded Grajew, Paulo Itaracambi e Helio Mattar.

19 DE JUNHO

Seminário RSE na mídia

Da esquerda para a direita, Veet Vivarta, Oded Grajew, Paulo Itacarambi e Geraldinho Vieira

Na abertura do Seminário, Oded Grajew, presidente do Conselho Deliberativo do Instituto Ethos, salientou que "da mobilização em torno da responsabilidade social empresarial, do papel de cada um de nós e do papel da mídia, vai depender muito daquilo que a gente espera que o Brasil um dia seja", destacando também a importância que o trabalho de análise realizado na pesquisa tem para o movimento de RSE e em especial para os jornalistas, parceiros na construção de uma sociedade sustentável.

Segundo Paulo Itacarambi, diretor executivo do Instituto Ethos, o que motivou a iniciativa do Instituto Ethos e da Rede Ethos de Jornalistas a, em parceria com a ANDI e a Fundação Avina, desenvolver o estudo Empresas & Imprensa: Pauta de responsabilidade – uma análise da cobertura jornalística sobre RSE, foi a importância do papel desempenhado pela imprensa para a ampliação e o aprofundamento da responsabilidade social das empresas. As análises e a publicação foram apresentadas na primeira parte do evento de abertura da Conferência. "O trabalho inédito no Brasil é resultado de uma pesquisa que avaliou 750 textos de 54 jornais brasileiros.", ressaltou Paulo.

Na visão de Veet Vivarta, secretário executivo da Agência de Notícias dos Direitos da Infância – ANDI, a parceria no estudo ampliou o campo de atuação da ANDI, demonstrando a consistência da metodologia. Segundo Geraldinho Vieira, diretor de comunicação da Fundação Avina e integrante do Comitê Consultivo da Rede Ethos de Jornalistas, é importante discutir o papel da imprensa em relação à cobertura de ações de RSE, como forma de promover a evolução desse modelo de análise e de suas aplicações, inclusive ampliando o alcance dessa reflexão para a América Latina.

Guilherme Canela, gerente do Núcleo de Qualificação e Relações Acadêmicas da ANDI, destacou na sua apresentação que o objetivo do trabalho foi oferecer um quadro geral do tratamento dado pela imprensa brasileira ao tema de responsabilidade social empresarial. A pesquisa apresentou dados positivos como a representação do tema em 75% do universo analisado, demonstrando o interesse das redações brasileiras, mas constatou também que 24% desse total de textos apresentam o conceito de RSE atrelado à promoção de eventos por entidades ou empresas, o que caracteriza uma falta de espaço para discussões relevantes ou o aprofundamento do tema.

Crise de valores da sociedade brasileira gera discrepância nas ações de RSE

Após a apresentação da metodologia e dos resultados, Ricardo Young, presidente do Instituto Ethos, moderou o debate com jornalistas convidados.

Quem melhor definiu o tom da acalorada discussão foi Célia Rosemblum, editora de projetos especiais do jornal 'Valor Econômico': "Para mim, o grande problema é o conceito de RSE". De acordo com ela, muito da resistência da mídia em relação ao tema pode residir no fato de que "em última instância, a RSE talvez esteja mesmo ligada ao mercado e por isso há muitas resistências de ambos os lados", ponderou.

O debate levantou variáveis tão diversas quanto complementares, deixando evidente que falta a todos os segmentos de imprensa que lidam com responsabilidade social e ética muito mais do que a isenção do jornalista. Falta também uma maior transparência e coerência de empresas e de ONGs quando a pauta são as más práticas. Resta, ainda, a questão do preconceito de alguns jornalistas, que acreditam que falar bem de empresas é *merchandising*.

Para Heródoto Barbeiro, editor do 'Jornal da Cultura' e gerente de jornalismo do Sistema Globo de Rádio-SP, "ainda que os jornalistas persigam isenção, há que se considerar o capitalismo, seus

Da esquerda para a direita, Heródoto Barbeiro, Claudia Vassallo, Ricardo Young, Mirian Leitão e Célia Rosemblum

objetivos e as mudanças que causaram, na verdade, uma mudança de nomes para as mesmas coisas". Para ele, jornalismo não é dar somente boas notícias, mas criticar a sociedade.

A necessidade de uma ação crítica sobre a sociedade também foi a opinião de Miriam Leitão, colunista do jornal 'O Globo', comentarista da 'Rádio CBN', do 'Bom Dia Brasil e da Globo-News, que cobrou das organizações não-governamentais (ONGs) um posicionamento mais efetivo para a consolidação dos princípios da RSE: "As ONGs também devem cutucar, como os jornalistas, questões como as que envolvem empresas que usam trabalho escravo, por exemplo", enfatizou. Para ela, se uma empresa que tem ações de RSE está envolvida no 'Valerioduto', por que quando questionada a respeito a resposta padrão "A empresa não se pronuncia sobre o assunto" é aceita pela mídia e pela sociedade?

A resposta a esse questionamento foi, de certa forma, feita por Cláudia Vassalo, diretora de redação da revista 'Exame', que admitiu que "nenhuma empresa é perfeita".

De acordo com Cláudia, "quando estas empresas são abordadas sobre uma matéria mais contundente, elas não gostam e não falam, porque são formadas por pessoas, e, como pessoas, têm defeitos também. As empresas refletem o que o ser humano é". Segundo sua análise, é burrice achar que a sociedade não terá acesso a esse tipo de informação, porque a empresa não consegue se esconder da boa imprensa ou do bom jornalista; da imprensa analítica, que tenta achar um equilíbrio em sua cobertura. "A realidade é cheia de matizes e esses matizes todos devem ser considerados. Coisas ruins e coisas boas não são 100% de um lado ou de outro. Jornalistas precisam ser críticos em relação a esse maniqueísmo", concluiu a diretora de redação.

Ao término do encontro, a conclusão dos profissionais pôde ser resumida numa frase de Miriam Leitão: "Estamos com valores inadequados, e isso é o que precisa ser questionado. Precisamos dar um passo adiante. Eu acho que RSE é uma nova atitude, de cobranças de todo o tipo de informação, e não somente as negativas ou positivas".

Empresários da comunicação poderão participar de um novo debate sobre RSE na mídia

Um dos desdobramentos desse debate pode ser uma plenária na Conferência de 2007 com a presença de empresários da mídia.

A possibilidade foi cogitada por Paulo Itacarambi, diretor executivo do Instituto Ethos, depois do seminário RSE na Mídia. Questionado sobre a importância de se ter na mesa as pessoas que realmente decidem o que será ou não retratado pela mídia, disse Paulo: "O objetivo dessa mesa foi um debate sobre a pesquisa quali-quantitativa publicada no livro que lançamos hoje, do ponto de vista de quem faz a notícia. Por isso, chamamos profissionais da ativa, cujo trabalho é um expoente sobre o tema dentro das redações de veículos de comunicação. Porém, acho importante, sim, que tenhamos empresários da mídia discutindo esse mesmo tema para que possamos avançar nesse caminho", disse.

21 DE JUNHO

6º Prêmio Ethos elege as melhores iniciativas editoriais na cobertura da RSE no País

Finalistas e vencedores do 6º Prêmio Ethos de Jornalismo — Empresas e Responsablidade Social — Edição especial

Depois de cinco anos premiando jornalistas pelo seu trabalho na cobertura de assuntos relacionados à RSE, o 6º Prêmio Ethos de Jornalismo – Edição especial, entregue na noite de 21 de junho, inovou, focando nas iniciativas editoriais da mídia nacional. "Sou um otimista e acredito na renovação das energias em prol da construção de uma sociedade mais justa. Por isso, resolvemos contemplar os veículos de comunicação que mais contribuem para gerar mudanças na estratégia de negócios das empresas", explicou o presidente do Instituto Ethos, Ricardo Young, depois da abertura oficial do evento, feita pela coordenadora do prêmio, Inês Berloffa. Concorreram nesta edição, 103 iniciativas editorias de diferentes veículos, mídias e Estados.

Entre os 11 vencedores apresentados e entrevistados pela jornalista Glória Maria, durante a cerimônia de premiação que, pela primeira vez, aconteceu durante a Conferência Internacional do Instituto Ethos, duas iniciativas mereceram destaque pela quantidade de prêmios recebidos: a TV Cultura e o jornal 'Valor Econômico'. À solenidade, transmitida *online*, seguiu-se a apresentação do espetáculo *Samwaad*, idealizado e dirigido pelo coreógrafo Ivaldo Bertazzo com o objetivo de trabalhar a dança como forma de expressão entre jovens desfavorecidos.

Nesta sexta edição, cinco iniciativas foram eleitas por um Júri Especial, integrado pelos jornalistas Caio Túlio Costa, Beth Carmona, Carlos Eduardo Lins da Silva, Miguel Jorge, Ricardo Noblat e Sinval Medina, e outras cinco escolhidas

VENCEDORES DO 6º PRÊMIO ETHOS DE JORNALISMO

JÚRI ESPECIAL
Categoria Mídia Digital
Envolverde Revista Digital
Categoria Mídia Eletrônica Rádio
A série especial *15 Anos do Código de Defesa do Consumidor*, feito pela Rádio Eldorado AM
Categoria Mídia Eletrônica Televisão
Documentário e programetes *Dis Baixo Sul*, da TV Salvador
Categoria Mídia Impressa Jornal
Caderno *Empresa & Comunidade*, do jornal 'Valor Econômico'
Categoria Mídia Impressa Revista
Série especial *Trabalho Escravo*, da revista 'Época'.

JÚRI VIRTUAL
Categoria Mídia Digital
Portal Setor 3
Categoria Mídia Eletrônica Rádio
Programa *Mundo Sustentável*, da Rádio CBN;
Categoria Mídia Eletrônica Televisão
Programa *Balanço Social*, da TV Cultura
Categoria Mídia Impressa Jornal
Caderno *Empresa & Comunidade*, do jornal 'Valor Econômico'
Categoria Mídia Impressa Revista
Guia Exame de Boa Cidadania Corporativa, da revista 'Exame' e revista 'Adiante'.

PRÊMIO DESTAQUE
Programa *Balanço Social*, da TV Cultura

>>>

>>> por um Júri Virtual, composto por associados ao Instituto Ethos, que puderam votar via internet. Com base nos resultados dessa votação eletrônica, somados a uma escolha feita pelos participantes da Conferência, os organizadores criaram mais uma categoria: o Prêmio Destaque.

Consolidando os resultados obtidos no Júri Virtual, o programa *Balanço Social,* da TV Cultura, conquistou, também o Prêmio Destaque.

Uma festa para os jornalistas engajados em projetos de RSE

Foi uma premiação descontraída, com direito a suspense e brincadeiras entre os promotores e apresentadores. O destaque foi para a "mestre-de-cerimônia", Glória Maria, apresentadora do programa Fantástico, da Rede Globo.

A cerimônia do 6º Prêmio Ethos de Jornalismo reuniu jornalistas de várias mídias, tornando conhecidos os rostos de quem está por trás dos produtos que abordam a RSE, mas que nem sempre são conhecidos do público. No depoimento de cada um, a certeza da conquista dos objetivos incialmente traçados e agora reconhecidos.

"Este prêmio representa uma forma de retribuição do que vimos fazendo para melhorar e investir mais em pautas que retratem o que as empresas estão fazendo em RSE", disse a editora do Portal Setor 3, do Senac, Daniela Marques.

Troféu do Prêmio Ethos de Jornalismo 2006

"Nem sempre voamos em céu de Brigadeiro, mas certamente, o prêmio reconhece uma luta de dez anos", comemorou o jornalista, Adalberto Woldianer Marcondes, diretor responsável pela Envolverde — Revista Digital de Ambiente, Educação e Cidadania.

"O caderno Empresa & Comunidade completa seis anos agora, juntamente com o 'Valor'; eles praticamentes nasceram juntos. Queríamos, desde o início, contemplar um movimento até então novo para a época. A decisão foi acertada e a premiação coroa isso", disse Rosvita Saueressig, diretora de projetos editoriais do jornal 'Valor Econômico'. O jornal foi considerado o que melhor cobriu as ações de RSE na categoria de veículo impresso tanto pelo Júri Especial quanto pelo Juri Virtual. "Se antes se falava em apenas terceiro setor, hoje, já evoluímos para sustentabilidade e Metas do Milênio e a idéia é a de que venhamos a renovar sempre, buscando novos questionamentos", complementou Rosvita.

A premiação da mídia Rádio foi a mais descontraída e informal da noite, feita no estilo *talk-show*. Ao receber o prêmio, em nome da rádio CBN, a editora Marisa Tavares mencionou a satisfação de saber que seu programa, elaborado com o jornalista André Trigueiro, estava sendo usado em sala de aula por um arquiteto, para estimular os alunos a pensarem em soluções inovadoras de obras arquitetônicas para o futuro. Por sua vez, a editora Tatiana Ferraz, da rádio Eldorado, declarou-se surpresa ao receber o prêmio, especialmente porque, na edição especial recentemente lançada, "falei mal de muita empresa, sob a ótica da visão crítica de consumidor".

21 DE JUNHO

A arte como passaporte para a cidadania

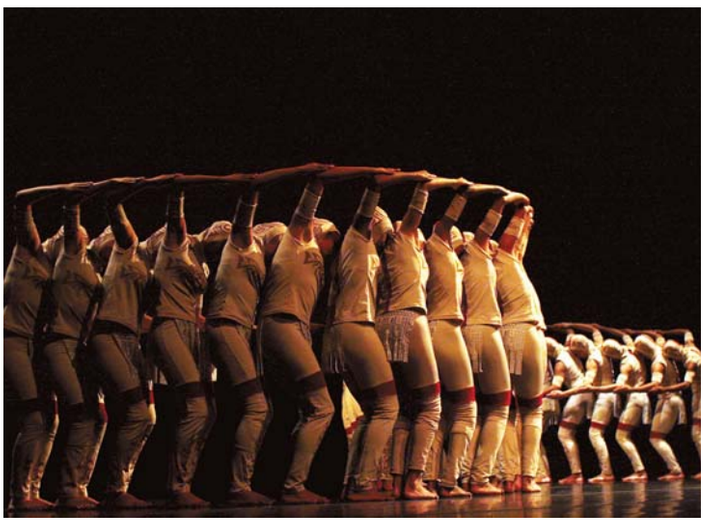
Quarenta e um jovens da periferia de São Paulo foram selecionados para integrar o grupo de dança do projeto *Dança Comunidade*, criado em 2003, com o objetivo de unir o conhecimento do corpo a relações com a sociedade. O movimento tem o apoio do Sesc-Pompéia, de São Paulo; coordenação de Ivaldo Bertazzo, coreógrafo, bailarino, professor de dança e de terapias corporais; e patrocínio da Petrobras.

Nesse projeto, estiveram envolvidos 13 arte-educadores, durante nove meses, e jovens de 11 a 18 anos que, além das aulas de canto, percurssão, ritmo, origami, lingüística, dança e saúde, ainda receberam atendimento médico, alimentação balanceada, transporte e bolsa-auxílio.

A versão exclusiva de *Samwaad* – Rua do Encontro foi apresentada no Teatro Alfa, como atração cultural da Conferência, num oferecimento da Petrobras. Desde a sua estréia o espetáculo já foi assistido por mais de 60 mil pessoas e, apesar disso, revela Ivaldo, no início foi necessário muito trabalho e dedicação para conquistar esse sucesso: "Foi um investimento de muito tempo, mas que acabou valendo a pena e dando um resultado bastante satisfatório. Eles têm uma capacidade de aprendizado muito grande, desconhecida pela sociedade", conta o coreógrafo.

Ivaldo destaca, ainda, que "todo ensino de arte-educação feito por ONGs é, no fundo, uma complementação ao ensino público".

Para a jovem de 16 anos, Gislene de Sousa, que está no grupo há três anos, a dança hoje é mais do que uma diversão, é uma profissão. "Agora quero continuar dançando. O meu sonho é dar aulas de dança". Abrir a cabeça para o que está acontecendo no mundo, é a dica que Gislene deixa para os jovens que lutam por uma oportunidade.



Cena do espetáculo Samwaad - Rua do Encontro

20 DE JUNHO

A miséria como fonte de lucro para o marketing social

Quanto vale ou é por quilo?, do roteirista e diretor Sérgio Bianchi, foi uma das películas apresentadas dentro das atividades culturais programadas para o encontro. O filme retrata, por meio de analogia entre o antigo comércio de escravos e a atual exploração da miséria pelo marketing social, a manutenção de um quadro social no qual a miséria se tornou fonte de lucro para as empresas. E como produto que vende bem e gera lucro, precisa ser mantido.

Um paralelo é traçado entre o dinheiro dos senhores de escravos que mantinham o ciclo escravista funcionando, e o dinheiro de uma ONG criada por uma empresa para que suas ações sirvam de marketing e seus dividendos alimentem um "Caixa 2". A escravidão permanece, transformando-se na miséria que permite às populações pobres serem exploradas. Desta vez, porém, na forma de assistencialismo revertido em boa imagem para as empresas.

O filme é uma crítica ácida e severa, como é costume do diretor, a todo o terceiro setor e às tentativas da alta sociedade de se ver livre da culpa de ser burguesa em um país miserável como o Brasil.

"Vocês são todos predadores".

Com essas e outras declarações contundentes, Sérgio Bianchi marcou a exibição de seu *Quanto vale ou é por quilo?*. Criticando a própria Conferência e seus participantes, o diretor e roteirista afirmou, contrariando uma das principais idéias debatidas, que não há como descompatibilizar ações supostamente de responsabilidade social de marketing empresarial.

Afirmou ainda, em resposta a um dos participantes, que a adoção de uma postura socialmente responsável por empresas, é, "nos momentos atuais, uma boa forma de ganhar dinheiro. Uma forma eficiente de transformar a miséria em lucro".

Sérgio Bianchi

A Corporação

Se as corporações fossem mesmo indivíduos, que tipo de gente seriam? O escritor Joel Bakan e os cineastas Mark Achbar e Jennifer Abbott tentaram responder essa questão no documentário *The Corporation* (A Corporação), segundo filme apresentado na Conferência. Durante a apresentação do documentário, foram notórias as reações do público, como a de André Vitti, administrador da empresa Axial, que achou "ótimo, provocante, e faz com que paremos para refletir sobre nossas ações diárias".

'Eu me sinto representada por vocês'

Duas moças e dois rapazes, mudos e apáticos, dispostos um atrás do outro. De repente, ouve-se uma voz: "A diretoria manda avisar que não há mais lugares disponíveis". Os quatro reclamam. A voz continua: "A diretoria manda avisar que lugares podem aparecer". Voltam para a fila e, aos poucos, começam a cantar. Com uma breve música sobre inclusão social, o grupo de teatro Os Inclusos e os Sisos — Teatro de Mobilização pela Diversidade inicia a apresentação do espetáculo "*Histórias do final da fila*", com pequenas cenas sobre o dia-a-dia de pessoas com deficiência. "Portadora não, eu tenho deficiência, mas não porto nada", diz uma das personagens. A peça aborda o tema com uma visão crítica e, ao mesmo tempo, lúdica, arrancando risadas do público.

O grupo Os Inclusos nasceu de um desafio apresentado pela ONG Escola de Gente — Comunicação em Inclusão a seis jovens atores no ano de 2003, no Rio de Janeiro. A idéia era de que estudassem o conceito de sociedade inclusiva, proposto pela ONU, e encontrassem meios de utilizar o teatro para disseminá-lo, priorizando os direitos de pessoas deficientes. Hoje, o espetáculo é dirigido por Diego Molina e ainda não tem patrocínio. Após a questão levantada por um espectador sobre o modo como as pessoas 'teoricamente excluídas' encaram a peça, uma participante da platéia com deficiência visual se manifestou, dirigindo-se aos "*Inclusos*": "Vocês pegaram a sutileza dos preconceitos, das discriminações. Eu me sinto representada por vocês aí no palco".

Com sutileza, outros tipos de discriminação também foram abordados durante o espetáculo, como sotaques, preconceito racial e filosofias de vida que pregam que todos são iguais. "Somos diferentes, cada um é de uma forma", criticava uma das personagens da peça. O trabalho desperta reflexões sobre o que é discriminar e pode ser utilizado para abordar qualquer tema, por isso novos esquetes estarão sempre sendo criados. Assim, "*Os Inclusos e os Sisos*" tornam-se, simultaneamente, uma manifestação social e artística, apontando as dificuldades que grupos em situação de vulnerabilidade podem encontrar no cotidiano.

Em uma das cenas do espetáculo, os personagens criam e cantam a música: "Eu era cego e voltei a enxergar / eu era surdo e voltei a ouvir / eu era — 'perneta' e tomei um remédio que fez a perna crescer / eu era 'down' e agora sou um cara legal". Ao final, um deles diz: "Acho que as pessoas não vão entender a crítica". Dessa forma, explicita o assunto tão bem abordado na peça: o de que a inclusão se dá em todas as condições humanas, e não apenas nas pessoas com deficiência. "Utilizamos a deficiência como estratégia para uma coisa maior", encerrou Cláudia Werneck, presidente da ONG Escola de Gente — Comunicação em Inclusão.

Cena da peça Histórias do Final da Fila

A avaliação do evento, na opinião dos participantes

A pesquisa foi aplicada com apoio do Ibope Opinião e realizada com 230 participantes da Conferência.

Metodologia: Utilizamos questionário estruturado, com perguntas fechadas e abertas. Neste ano, com objetivo de ampliar o número de respostas e extrair mais informações, preferimos aplicar a pesquisa com uma equipe de entrevistadores, que abordaram os participantes nos dias 20 e 21 de junho.

***Avaliação das Oficinas de gestão**: esclarecemos que a pesquisa foi realizada por amostragem e a grande maioria dos entrevistados não participou das oficinas. Por isso, as notas dessas atividades não foram computadas.

A Conferência Internacional 2006

	SIM	NÃO	NÃO RESPONDEU
Está apresentando temas de interesse para a sua empresa	96%	3%	1%
Está apresentando idéias que poderão ser implantadas em sua empresa	83%	13%	3%
Está trazendo inovações em termos de idéias, práticas, ferramentas e modelos	73%	24%	3%
Está trazendo inovações em termos de medidas de acessibilidade em relação às pessoas com deficiência	68%	28%	4%
(CASO SIM) Essas inovações poderão ser reproduzidas em sua empresa	88%	6%	6%
Propicia troca de experiências entre profissionais	94%	4%	1%
Oferece tempo adequado para debates	51%	47%	2%
Distribuiu adequadamente palestrantes segundo a diversidade de temas	83%	15%	1%

Nota média das atividades da Conferência Internacional 2006 (0 a 5 - ótimo)

ATIVIDADE	NOTA
Seminário R S E na Mídia	4,3
Plenária especial de abertura	3,8
Plenária 1	4,1
Plenária 2	3,8
Plenária 3	4,1
Plenária Instituto Ethos	4,3
Mesa-redonda 1	4,4
Mesa-redonda 2	3,5
Oficinas de gestão*	—
Painel temático 1	4
Painel temático 2	3,7
Painel temático 3	3,8

ATIVIDADE	NOTA
Painel temático 4	3,7
Painel temático 5	4,3
Painel temático 6	3,8
Painel temático 7	3,6
Painel temático 8	2,6
Painel temático ISO 26000 de Responsabilidade Social	3,9
Filme *Quanto vale ou é por quilo?*	4,7
Filme *The Corporation*	4,8
Peça de teatro *Os inclusos e os sisos*	4,1
Diálogo com Steve Rochlin – The Global Leadership Network	3,8

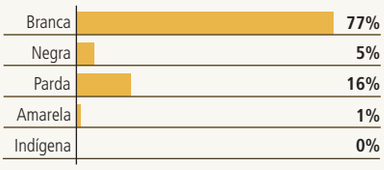
Nota geral da Conferência Internacional 2006 (0 a 5 - ótimo)

ATIVIDADE	NOTA
Guia do Participante	4,5
Organização geral da Conferência	4,5
Intervalos para café	4,5
Tradução simultânea	4,4
Material de divulgação	4,7
Instalações	4,7
Recepção do evento	4,6
Almoços	4,8
Atendimento prévio ao evento	4,5
Diversidade de atividades	4,3

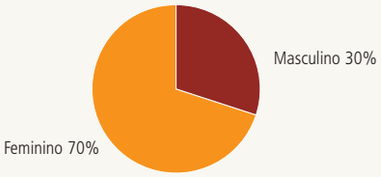
Cargo dos participantes

CARGO	%
Presidente/vice-presidente/superintendente	3%
Diretor	5%
Gerente	22%
Coordenador	20%
Analista	19%
Sócio/associado	1%
Outros	2%
Consultor	7%
Assessor	3%
Assistente	3%
Administrador	2%

Perfil dos pesquisados Classificação de cor e raça



Perfil dos pesquisados por sexo

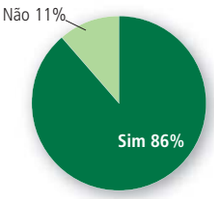


Os três pontos fortes do evento

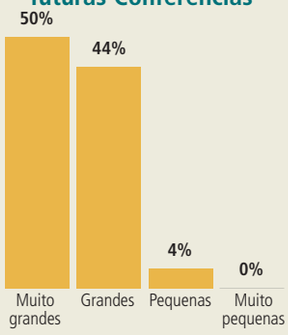
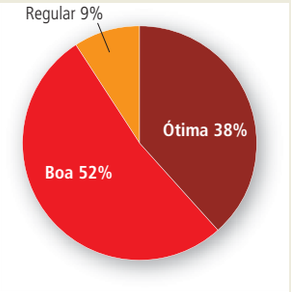
Prêmio Ethos de Jornalismo

Você já tinha ouvido falar deste Prêmio?

Você considera uma boa ocasião para votação e entrega do Prêmio?



Chances de participar de futuras Conferências



Avaliação geral da Conferência Internacional 2006